



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

COMUNIDADE ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA

GISLENE BORGES LEÃO ALBINO

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

COMUNIDADE ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Professor Renato Lopes dos Santos

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

COMUNIDADE ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA

GISLENE BORGES LEÃO ALBINO

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em de janeiro de 2011 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

**Professor Renato Lopes dos Santos
(Orientador)**

Belo Horizonte, de janeiro de 2011

Dedico este trabalho a todos os funcionários e alunos da escola que trabalho. Pessoas estas que, através da dedicação, esforço e competência elevam o nome da nossa escola. A minha eterna gratidão a todos que puderam me ajudar e contribuir de forma significativa na conclusão de mais uma etapa na minha vida profissional.

Agradeço ao meu esposo Zenildo, meus filhos Lucas e Arthur pelo incentivo, compreensão, carinho e alegria demonstrados ao longo do curso, partilhando e se alegrando comigo a cada conquista. Compartilho também esta alegria com minha família, pelo carinho e palavras de incentivo nos momentos mais difíceis. Agradeço ainda, minhas colegas de curso, Cleide, Karina, Sara e Marta que compartilharam comigo das buscas e descobertas proporcionadas durante todo curso. Meus sinceros agradecimentos e gratidão pelo carinho, incentivo, apoio, da colega Janilcéia, Professoras Marly, Eliana, Rita e Professor Renato que não mediram esforços para nos orientar da melhor forma durante todo curso.

“Todo jardim começa com um sonho de amor. Antes que qualquer árvore seja plantada ou qualquer lago seja construído, é preciso que as árvores e lagos tenham nascido dentro da alma. Quem não tem jardins por dentro, não planta jardins por fora nem passeia por eles”.

Rubem Alves

RESUMO

O presente trabalho relata a importância da participação da comunidade escolar na construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso. Destaca o modelo de gestão escolar na busca de uma educação de qualidade, através de propostas e ações bem definidas no trabalho realizado pela instituição com vistas ao fortalecimento da gestão democrática e descentralizada. Desta forma, observa-se que políticas de descentralização tendem a contribuir de forma significativa para o estabelecimento de relações democráticas na escola e como consequência favorece a transformação no âmbito escolar para o bem de todos os envolvidos. Nesse sentido, acredita-se que uma gestão escolar só poderá contribuir de forma democrática, mediante a efetiva participação de todos os membros envolvidos, levando toda instituição a atingir seus objetivos em todos os projetos pedagógicos e culturais, cumprindo assim sua função no desempenho do papel de formar cidadãos críticos, criativos e participativos

Palavras-chave: Comunidade. Gestão. Participação. Projeto Político-Pedagógico.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1. GESTÃO DEMOCRÁTICA..... | 9 |
| 1.1 Gestão democrática e participação..... | 9 |
| 2. COMUNIDADE ESCOLAR..... | 12 |
| 2.1 Envolvimento da comunidade escolar..... | 12 |
| 3. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA E. M. VERA L. PARAÍSO..... | 14 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 16 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 17 |
| ANEXO: Projeto Político-Pedagógico..... | 19 |

INTRODUÇÃO

As participações da comunidade escolar, bem como a gestão democrática na instituição escolar constituem-se, inicialmente, numa compreensão da gestão democrática como direito de participação. Precisa-se, primeiramente, entender a escola como um direito institucional que segundo a legislação tem como função primária a formação de cidadãos que participam conscientemente da sociedade em que vivem. A educação tem fundamento importante na cidadania, sendo indispensável a participação de todos nos espaços sociais e políticos. Sendo assim, cabe analisar: o que é gestão democrática? E gestão participativa e descentralizada? Qual a finalidade da participação da comunidade escolar no cotidiano da prática educativa? Quem participa e como participa na elaboração da Proposta de trabalho da escola?

Tais questionamentos merecem análise, uma vez que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 205, 1988).

Como citado acima, o artigo 205 prevê que a educação seja promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, e com relação ao artigo 206, este se refere ao princípio da gestão democrática como orientadora do ensino público. O processo de uma gestão democrática exige a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nas decisões políticas de caráter pedagógico.

Vale destacar também que, o Plano Nacional de Educação de 2001, coloca como principal objetivo a criação de Conselhos nas escolas, sendo os mesmos formados por representantes de pais, alunos, professores e funcionários, incluindo a direção, isso, denota a idéia de participação coletiva nas decisões da escola.

Atualmente, dois pontos têm merecido a atenção da instituição escolar, quais sejam: valores como ética e cidadania que estão se desintegrando e ficando fora da formação de muitos indivíduos. A busca da família nos dias atuais pelo ter é preocupante, pois muitos pais se ausentam por razões diversas ficando totalmente alheios aos problemas ou dificuldades que os filhos apresentam na escola. Por isso, é importante a integração das instituições: família e escola no sentido de resgatar tais valores que são primordiais na formação do caráter dos nossos alunos.

Entretanto, essa complexa tarefa vai exigir que a equipe da escola com a união da família trabalhe em parceria para minimizar tais situações que merecem muita atenção.

Conforme Paro (1997, p. 30):

[...] a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano.

Diante do exposto, a proposta desta análise é mostrar a importância da participação da comunidade escolar na construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA

1.1 Gestão democrática e participação

Analisando o conceito de gestão democrática como uma prática participativa, “gestão é administração, é tomada de decisão, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel” (FERREIRA, 2006, p. 306). Constitui-se ainda numa prática que deve priorizar o desenvolvimento integrado de todos os agentes envolvidos no processo pedagógico.

Nesse sentido, a gestão escolar não pode em hipótese alguma, ser neutra ou isolada, pois todas as ações desenvolvidas no âmbito escolar envolvem atores e tomadas de decisões, desde ações mais simples e corriqueiras na escola às mais complexas. Uma gestão democrática tem como aspecto principal, a união e resultados através de ações coletivas. Implica ainda, uma reflexão sobre os problemas enfrentados diariamente em uma unidade escolar de acordo com sua realidade, bem como sua organização e todo trabalho pedagógico desenvolvido.

No que diz respeito ao modelo de gestão registrado no PPP da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, é pertinente destacar que no processo de decisão está expresso que a gestão democrática da escola objetiva favorecer a participação coletiva nos processos de discussão e decisões, organizando o seu funcionamento de maneira transparente.

No contexto da discussão acima e na tentativa de estabelecer uma relação com a realidade da gestão configurada na prática do cotidiano escolar, é fato que a direção da escola

enfrenta desafios de diversas naturezas como: resistência de alguns professores em atualizar suas metodologias e didáticas, em participar de reuniões para trocar experiências, profissionais de outras áreas na escola que não cumprem, totalmente, suas funções e há alguns casos de problemas no que diz respeito à assiduidade. Porém, a direção vem ao longo de seu período de gestão lutando para que essa realidade se transforme a cada dia, na tentativa de melhorar o cotidiano escolar.

No entanto, no que se refere a outras demandas como a realização de eventos na escola: feiras culturais, merendas especiais, gincanas, festas, dentre outras atividades, a direção tem conseguido a adesão, quase que total, dos profissionais da instituição para melhorar e inovar o trabalho escolar.

Além disso, a direção da escola tem adotado uma prática transparente com relação aos resultados de todos os eventos através de prestação de contas, tendo em vista melhorar a cada dia a realização de tais ações educativas.

Ao analisar a qualidade da gestão participativa em busca de uma educação de qualidade, é importante refletir sobre o cumprimento de seu objeto social de modo a criar condições de transformação social. Faz-se necessária uma análise sobre o panorama educacional através de perspectivas, que vem em resposta a questionamentos relacionados à complexidade do setor educacional tais como: a função social da escola, a gestão democrática com a devida e efetiva participação de toda comunidade escolar, bem como o importante papel do bom gestor escolar no processo em busca de idéias e soluções para uma escola mais democrática.

Cabe ressaltar que no sentido pleno da palavra “participação”, observa-se uma força de atuação consciente dos membros envolvidos, de forma a assumirem o poder de influência na dinâmica da unidade escolar, na cultura e, conseqüentemente, nos resultados. Conforme indicado por Marques (1987, p. 69), “a participação de todos, nos diferentes níveis de decisão e nas sucessivas faces de atividades, é essencial para assegurar o eficiente desempenho da organização”.

Concordando com o autor supracitado, acrescenta-se, é importante refletir que a participação coletiva é fator essencial no pleno desenvolvimento e sucesso da escola.

Nesse sentido, Abi-Duhou 2002 apud Fernandes (2008)¹ esclarece que:

Na educação o processo de descentralização da gestão escolar, hoje percebida como uma das mais importantes tendências das reformas educacionais em nível mundial

¹ Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/8472/1/Participar-Da-Administracao-Da-Escola/pagina1.html>.

(Abi-Duhou, 2002) é um tema importante na formação continuada dos docentes e nos debates educacionais com toda a sociedade.

Percebe-se ainda que, quando se fala em descentralização pensa-se na busca por uma escola democrática, aberta às discussões, participativa, flexível e principalmente autônoma.

Faz-se necessário desta forma, uma boa interação entre a escola e toda comunidade escolar visando o compromisso de todos os profissionais, pais e alunos tendo por objetivo o sucesso de toda equipe, a valorização e estímulo dos jovens na busca de uma educação de qualidade.

Sendo assim, nota-se que não é possível analisar a gestão democrática nas escolas sem relacioná-la às políticas educacionais, pois o modelo de gestão é decorrente de uma política definida primeiramente em termos globais e, em segundo lugar, em políticas mais específicas para a realidade de cada escola.

Neste contexto, determinou-se, dentre as incumbências dos sistemas públicos, que estes devem definir as normas da gestão democrática do ensino básico, com a garantia da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Determinou-se, também, que os referidos sistemas devem assegurar às suas unidades escolares progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, deliberações que expressaram modos concebidos para que se viabilizasse o princípio da gestão democrática da educação básica. (BRASIL, 1996).

Há muito tempo discute-se sobre a importância do novo papel da gestão escolar como um instrumento para inserção de movimentos de transformação de todos os envolvidos no processo educativo, tais como; atuação dos professores, alunos, pais e toda comunidade. A participação da comunidade escolar não depende somente da abertura propiciada pelo corpo diretivo da escola, mas, principalmente, da conscientização dos diversos segmentos acerca da importância da participação de cada um no processo pedagógico.

Desta forma o gestor deve buscar subsídios para uma gestão democrática e participativa, levando-se em conta também, a formação pedagógica do gestor, uma vez que, esta formação apresenta-se como fator essencial no desenvolvimento do trabalho escolar consequentemente na busca de educação de qualidade.

O gestor escolar deve ser um líder pedagógico que apóia o estabelecimento das prioridades, avaliando, participando na elaboração de programas de ensino e de programas de desenvolvimento e capacitação de funcionários, incentivando a sua equipe a descobrir o que é necessário para dar um passo à frente, auxiliando os profissionais a melhor compreender a realidade educacional em que atuam, cooperando na solução de problemas pedagógicos, estimulando os docentes a

debaterem em grupo, a refletirem sobre sua prática pedagógica e a experimentarem novas possibilidades, bem como enfatizando os resultados alcançados pelos alunos. (Paro, 2008, p.130).

Portanto, observa-se que é de suma importância a participação da comunidade aliada a um bom gestor nas decisões mais simples às mais complexas que envolvem as políticas educacionais ainda que definidas apenas pelos órgãos federais, estaduais e municipais, não esquecendo a realidade e a especificidade de cada comunidade escolar.

2. COMUNIDADE ESCOLAR

2.1 Envolvimento da comunidade escolar

Fazendo uma análise no que diz respeito ao envolvimento da comunidade escolar conforme registrado no PPP da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, é importantíssimo ressaltar a atenção que as famílias devem ter com os filhos, estando atentos juntamente com a escola com relação às mudanças de comportamento, grupos de amigos, respeito às regras e normas pré-estabelecidas pela unidade escolar.

Analisando o que foi exposto acima, percebe-se que só conseguiremos resultados mais positivos dividindo nossas tarefas e obrigações de forma a contribuir para o crescimento desses jovens.

Dessa forma, a direção da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso vem buscando alternativas para sanar, de forma satisfatória, todas as dificuldades que forem apresentadas para juntamente com o apoio de toda comunidade escolar, buscar soluções para se chegar a uma escola prazerosa para todos e principalmente oferecer um ensino de qualidade com vista à promoção desses alunos.

É importante analisar ainda, quais são os fatores que favorecem e quais dificultam a participação da comunidade na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso. Analisam-se como fatores que favorecem a participação: o apoio e envolvimento da comunidade em todos os eventos realizados, a parceria com entidades locais nos projetos desenvolvidos e a participação dos pais nas avaliações dos resultados obtidos pelos alunos e de modo geral na vida escolar dos filhos. E como fatores que dificultam: observa-se a falta de interesse por parte de “alguns” pais, provavelmente, pela falta de entendimento da dinâmica do cotidiano escolar, críticas infundadas ao desempenho dos profissionais ou com alguns cuidados tomados com relação à segurança da escola.

Existem questionamentos por parte de alguns profissionais da educação, sobre o porquê da participação da comunidade na escola (pais, mães, e demais entidades) nas atividades escolares. Isso nos remete a refletir que, se os portões das escolas não forem abertos, dividindo um pouco das muitas atribuições dadas a escola, ficará difícil suportar os desafios e problemas que se apresentam na complexa tarefa de educar, pois muitos pais atribuem às escolas a tarefa de educar ficando muitas vezes alheios aos anseios e dificuldades dos filhos.

Faz-se necessário um maior envolvimento de toda comunidade escolar, pois, o maior desafio da escola é a função social que exerce sobre os educandos, tais como: assegurar o direito à escola, aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de suas potencialidades para inserção no mundo do trabalho. É aí que entra a comunidade unindo-se à escola para juntos pensarem melhor sobre o acesso, permanência e sucesso dos alunos, bem como encontrar soluções para os problemas rotineiros ou que envolvem o bairro onde a escola está inserida e nas demais tomadas de decisões, onde o poder de voz da comunidade é imprescindível.

Considera-se que a família é o espaço de orientação, e é na família que se constrói a identidade de um indivíduo, sendo assim percebe-se a importância da parceria com a unidade escolar na busca do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais (LIBÂNEO, 2003, p. 328 apud FONSECA, 2006, p. 33).

Ainda de acordo com Libâneo (2003), nos dias atuais faz-se necessário vários questionamentos sobre o papel da escola e seus envolvidos. Nesse contexto, é importante buscar, diariamente, a participação e envolvimento de toda comunidade devido às grandes mudanças e exigências que pressionam a instituição escolar no seu dia a dia.

Nesse sentido Luck (2002, p. 66 citado por PEREIRA; GOMES, s.d, p. 04), diz que:

A participação significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola. Há dois sentidos de participação articulados entre si: a) a de caráter mais interno, como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo prática formativa, isto é, elemento pedagógico, curricular, organizacional; b) a de caráter mais externo, em que os profissionais da escola, alunos e pais compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão.

Segundo a autora a participação no sentido de gerar a democracia na escola não é suficiente nas ações necessárias para assegurar a qualidade de ensino, além de uma boa organização, a participação é apenas um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, que estão localizados na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Desta forma, a participação necessita do contraponto da direção, outro conceito importante da gestão democrática, que visa promover a gestão participativa. De acordo com Gadotti (1997), a participação influi na democratização da gestão e na melhoria da qualidade do ensino: o autor, sobre o assunto afirma que:

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalha, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida. (GADOTTI, 1997, p. 16 apud PEREIRA; GOMES, s.d, pp. 4-5).

A idéia do autor mostra a importância da interação e da busca da comunidade no entendimento no que diz respeito ao funcionamento de uma instituição, de forma a se envolver para ajudar e acompanhar o trabalho desenvolvido por toda equipe.

Nesse sentido, a observação na escolha dos dirigentes, a forma como se organiza os Conselhos Escolares e a participação de toda comunidade escolar com vistas à democracia e participação, fazendo valer seus direitos e deveres, vem de encontro ao cumprimento da função social da escola, contribuindo de forma efetiva na concretização dos interesses coletivos e, principalmente, de uma sociedade mais justa e igualitária.

3. O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso

Ao se tratar de Projeto Político-Pedagógico o gestor deve fazer uma análise para que o mesmo possa ser democrático, participativo desde o planejamento à execução, possibilitando a participação de todos os componentes da comunidade escolar. O diretor deve mostrar liderança, organização e principalmente motivação, pois, tendo a função de articulador deve mobilizar toda equipe, demonstrando assim seu papel na realização de uma gestão democrática que objetiva a articulação de propostas no âmbito educacional e ações que levem a equipe à realidade social de forma mais consciente.

Ao analisar o Projeto Político-Pedagógico da E. M. Vera Lúcia Paraíso, é necessário apontar quais fatores favoreceram e quais dificultaram a participação da comunidade na construção do mesmo. Assim, é necessário elencar alguns aspectos que contribuíram para a

participação da comunidade na construção do Projeto Político-Pedagógico da referida instituição. Inicialmente, destaca-se uma gestão democrática e participativa, assim como a parceria e confiança que a escola atribui às famílias, além da preparação de uma boa reunião e convite a participação de todos. Por fim, o esclarecimento do significado e o objetivo do Projeto Político-Pedagógico.

Como fator dificultante verificou-se a falta de comparecimento dos pais, pois não são todos que comparecem à escola quando são solicitados, sendo que esta falta muitas vezes está relacionada ao trabalho e em outras situações de omissão por parte de alguns pais.

Ao evidenciar os “caminhos” e “descaminhos” percorridos na (re)construção do Projeto Político-Pedagógico da E. M. Vera Lúcia Paraíso, vale destacar que Veiga (1998) afirma que o Projeto Político-Pedagógico é um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática da escola.

Ressalta-se seguindo o raciocínio acima que, o Projeto Político-Pedagógico, objetiva mudanças, estabelecimento de princípios, diretrizes e propostas de ações que possam resultar numa melhor organização de todas as atividades desenvolvidas no âmbito escolar, com o devido envolvimento dos diversos segmentos escolares.

Durante o processo de reelaboração do Projeto Político-Pedagógico da E. M. Vera Lúcia Paraíso verificou-se uma participação efetiva de todos os componentes da escola, voltada para uma gestão democrática e descentralizada, uma vez que, uma gestão democrática deve envolver as fases de pensar, planejar e fazer políticas públicas no campo educacional, para assegurar em todos esses momentos, a participação da comunidade educacional, promovendo maior aproximação entre os membros da escola.

As boas relações acontecem em um ambiente criado pela vivência consciente dos direitos e dos deveres de cada membro da comunidade escolar no exercício de suas responsabilidades para o desenvolvimento do trabalho educativo. O Projeto Político-pedagógico permite a realização do trabalho no ambiente escolar de forma mais comprometida. Assim,

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, s.d, p.1).

De acordo com o autor pode-se afirmar que a participação da comunidade escolar na elaboração e consolidação das ações do Projeto Político-Pedagógico é elemento fundamental de democracia. E, essa realidade denota o melhor caminho para o sucesso e a qualidade do trabalho escolar.

Diante da análise realizada neste trabalho, observa-se que a gestão democrática aliada à participação da comunidade, através de propostas e ações bem definidas em seu Projeto Político-Pedagógico, é possível vislumbrar uma gestão escolar de maneira eficiente, eficaz e mais igualitária na busca de uma educação de qualidade. Desta forma, a orientação direcionada ao educando possibilitará condições de levá-lo ao bom aprendizado, atrelado a constituição dos verdadeiros valores que lhe dará possibilidades de ser mais consciente e responsável para que possa ser um agente de transformação na realidade a qual está inserido.

Portanto, a busca de uma escola de qualidade deve ser a pretensão maior de um bom gestor, trilhando sempre os objetivos propostos por todo o grupo, fazendo uma reflexão sobre o papel social da escola, a proposta da escola, a utilização correta dos recursos disponíveis, com a devida parceria de todos os membros envolvidos na busca dos objetivos éticos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo maior deste trabalho foi mostrar que mesmo diante das dificuldades e exigências que se esbarram no cotidiano escolar, ainda é possível estruturar e estabelecer um espaço agradável e democrático, em que a apresentação de propostas e ações devem estar voltadas para o bem comum, tendo em vista que a educação é um processo que não se constitui da noite para o dia. É necessário saber ouvir, dividir tarefas, trocar experiências, compartilhar ideias, para que assim a educação possa ser efetivada em sua essência.

Atualmente discute-se muito sobre educação e o modo como essas escolas tem procurado se organizar na construção de espaços relevantes nos aspectos: administrativos, pedagógicos, mudanças tecnológicas de modo a tornar-se mais atrativa e prazerosa ao alunado, para que assim se consiga a qualidade tão buscada pelas escolas.

Durante o desenvolvimento deste estudo, foi possível constatar algumas características necessárias ao gestor escolar no processo de construção do Projeto Político-Pedagógico da E. M. Vera Lúcia Paraíso, tais como, capacidade de mediar conflitos, capacidade de estabelecer

diálogo com professores, funcionários e alunos, além de envolver significativamente toda comunidade, garantindo de forma democrática o direcionamento do Projeto Político-Pedagógico. Nesse sentido, evidenciou-se a importância de uma boa administração no que diz respeito aos recursos enviados à escola, para que possam ser bem direcionados de forma a atender as necessidades da instituição escolar.

É necessário que a escola ofereça um ensino de qualidade que possibilite o acesso e permanência do aluno com sucesso na unidade escolar, mas isto, só é possível quando o trabalho é realizado de forma eficiente, transparente, respeitando os direitos e interesses da comunidade a qual a instituição está inserida.

Entretanto, a escola será de fato democrática e terá sucesso, caso haja o envolvimento e o compromisso de toda comunidade escolar (direção, professores, demais funcionários, pais e alunos). Tendo como objetivo principal o aprendizado do aluno, oferecendo condições do mesmo ser participativo e valorizado em todo contexto escolar, de modo a torná-lo um cidadão consciente e preparado para ser inserido na sociedade e no mercado de trabalho, exercendo assim os seus direitos e cumprindo os seus deveres.

Portanto, a discussão aqui mencionada reflete a idéia de que a gestão democrática aliada à comunidade escolar na tentativa de solucionar problemas e vencer desafios representa o melhor caminho para uma escola de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <http://www.redecaes.com.br/bibliografia>. Acesso em: 05/11/2010

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman. Acesso em: 15/10/2010

FERNANDES, Erynant. **Administração da Escola**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/8472/1/Participar-Da-Administracao-Da-Escola/pagina1.html>. Acesso em: 17/10/2010.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S.. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/49311/1/GESTAO-DEMOCRATICA-Uma-necessidade-da-escola-atual/pagina1.htm>. Acesso em 01/11/2010

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e preposições**. São Paulo: Cortez, 1997. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/.../ARTIGO. Acesso em 05/11/2010.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 18/10/2010

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006>. Acesso em 01/11/2010

LUCK, Heloisa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, Juracy C. **Administração participativa**. Porto Alegre: Sagra, 1987.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php>. Acesso em 30/10/2010.

OLIVEIRA, Silvana Barbosa de. **GESTÃO DEMOCRÁTICA E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: Um desafio para intervenção**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/680-4.pdf>. Acesso em: 05/11/2010.

PARO Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 15 ed. São Paulo Cortez, 2008. Disponível em: br.monografias.com/...escolar/gestao-escolar2.shtml. Acesso em 01/11/2010.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

**ANEXO: Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia
Paraíso**



ESCOLA MUNICIPAL VERA LÚCIA PARAÍSO

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA**

**CLEIDE PIMENTEL LOPES OLIVEIRA
GISLENE BORGES LEÃO ALBINO
KARINA CHRISTIANA FERREIRA
MARTA FRANCISCA MOREIRA
SARA LEAL DOS SANTOS**

BELO HORIZONTE, 2010

ESCOLA MUNICIPAL VERA LÚCIA PARAÍSO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: uma construção coletiva

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina PV – Projeto Vivencial, como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, sobre a elaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso.
Orientação: Marly Olívia Ribeiro e Silva.

BELO HORIZONTE, 2010

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 03 |
| 1- FINALIDADES DA ESCOLA..... | 04 |
| 2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL..... | 05 |
| 3- CURRÍCULO..... | 08 |
| 4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES..... | 9 |
| 5- PROCESSOS DE DECISÃO..... | 11 |
| 6- RELAÇÕES DE TRABALHO..... | 12 |
| 7- AVALIAÇÃO..... | 14 |
| 7.1- Novos mecanismos, atitudes e perspectivas..... | 16 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 18 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 19 |
| ANEXOS..... | 21 |

INTRODUÇÃO

A educação, segundo o art. 1º da Lei 9394/96, abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais, organizações e nas manifestações culturais.

Veiga (1998) afirma que o Projeto Político-Pedagógico é um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa a superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática da escola.

De acordo com a autora, se o Projeto Político-Pedagógico é elaborado com a participação da comunidade escolar e a proposta assegura a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, se observa o cotidiano e o seu entorno, assegura também os princípios da gestão democrática e participativa. Baseando-se nesses princípios, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso representa uma construção coletiva que envolve os representantes da comunidade, com a participação efetiva dos pais e também dos diversos segmentos desta instituição. O presente documento indica os caminhos que ela busca trilhar na defesa do diálogo e da participação no processo ensino e aprendizagem e tem como resultado a reflexão ocorrida em vários momentos coletivos, buscando direcionar todas as instâncias organizadas na escola, bem como o repensar das práticas pedagógicas.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso é integrante da Rede Municipal de Ensino, está localizada na Rua Antônio de Carvalho, nº 315, Bairro São Judas Tadeu, zona urbana, município de Arcos, Minas Gerais. Surgiu da necessidade de se construir uma unidade de ensino, uma vez que as crianças da localidade superlotaram a escola mais próxima, dificultando o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos.

Após o levantamento da demanda, a administração municipal iniciou a construção do prédio em terreno doado pelo Sr. Cleuser José Teixeira. A obra foi concluída em 15 de outubro de 1993 com recursos dos cofres públicos municipais e o ato de criação oficial da escola deu-se pela Lei Municipal nº. 1498/93, de 29/11/1993. A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais reconhece a escola e autoriza seu funcionamento pela SEE nº. 1072/94.

A unidade escolar atende alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, perfazendo um total de quatrocentos e doze alunos de classe média e conta com cinquenta e um funcionários. O e-mail da escola é emveralucia@hotmail.com e telefone (37) 3352-1050.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso assume como fundamento a construção do conhecimento, inserido numa proposta educacional aberta a transformações, visando o melhor para o educando. Nesta perspectiva, o aluno constrói o conhecimento a partir de interações que estabelece com outras pessoas, com o objeto de conhecimento e com o meio em que vive.

De acordo com Silva (s.d), num processo de planejamento se faz necessário assegurar o acompanhamento, a avaliação e o replanejamento, num movimento permanente de pensar e repensar a ação desenvolvida e o trabalho realizado. Nessa perspectiva, a implementação do Projeto Político Pedagógico ajuda a corrigir falhas, aprimorar ações e realizar um trabalho mais eficaz.

1- FINALIDADES DA ESCOLA

Conscientes da responsabilidade de educar para a vida, para a solidariedade e a autonomia, a Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso busca atender as necessidades dos alunos, tendo como meta uma educação de qualidade que desenvolva as potencialidades do educando.

Para Menezes (2006), os sujeitos que hoje vão à escola constituem uma população altamente diversificada, o que gera a necessidade de prestar atenção às diferentes maneiras de interpretar o mundo, o conhecimento e as relações sociais. Assim, a escola tem como principal finalidade, o desenvolvimento máximo das capacidades sociais, emocionais e cognitivas propiciando condições para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade no meio social em que se encontram.

Procura, também, desenvolver uma educação inclusiva, que atenda as reais necessidades dos alunos; a realização de um trabalho fundamentado em valores e atitudes éticas; o favorecimento de um espaço dinâmico de aprendizagem que permita a troca de experiências entre professor/aluno, professor/professor, aluno/aluno; um trabalho dinâmico e inovador que valorize o meio ambiente, o conhecimento da sociedade histórica e cultural; que estimule mecanismos de diálogo; diminuam a violência; favoreça as ações de solidariedade e contribua na construção de uma gestão democrática e participativa.

Enfim, a presente proposta permite desenvolver uma ação educativa que promova o exercício da cidadania e a participação do sujeito como agente de mudança no contexto histórico, social e cultural e ao traçar os objetivos, leva-se em conta as mudanças culturais demandadas pela sociedade ao momento. Para alcançar essa mudança desejada, a escola oferece aos alunos um ensino de qualidade alicerçado nos ideais do ser humano, resgatando

experiências vivenciadas e acumuladas, estabelecidas entre os sujeitos ao longo do processo educativo.

Sabe-se, porém, que essa tarefa é complexa e exige competências didáticas da equipe pedagógica. Neste sentido, uma das ações é capacitar os profissionais para atuarem com eficiência no processo ensino aprendizagem.

A maioria das pessoas certamente concorda com o fato de que uma escola boa é aquela em que os alunos aprendem coisas essenciais para sua vida, como ler e escrever, resolver problemas matemáticos, conviver com os colegas, respeitar regras, trabalhar em grupo. Mas quem pode definir bem e dar vida às orientações gerais sobre qualidade na escola, de acordo com os contextos socioculturais locais, é a própria comunidade escolar. Não existe um padrão ou uma receita única para escola de qualidade. Qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade da educação. (DOURADO, 2005).

Portanto, espera-se que as finalidades e metas elaboradas neste Projeto Político-Pedagógico, seja o referencial, na busca de uma educação de qualidade, eficiente e competente, que leve o sujeito à construção de sua identidade e aprendizagem, voltada para uma escola democrática, onde todos possam acreditar na gestão participativa, como forma de promover as relações humanas.

2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional administrativa assegura a locação, a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros, além da arquitetura do prédio e do patrimônio escolar. A estrutura pedagógica refere-se às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às curriculares, incluindo todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho na escola.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso está dividida em três pavimentos térreos. O pavimento central é composto pela cantina, dois banheiros sendo um masculino e um feminino, biblioteca, sala dos professores (anexo, dois banheiros), secretaria e sala da direção. No lado esquerdo estão três salas de aula e entre os pavimentos, um palco para as apresentações e dois pátios, contando também com uma quadra poliesportiva coberta para atender não apenas a demanda da escola, mas também da comunidade. No pavimento à direita, estão seis salas de aula e uma sala de informática com dez computadores com acesso à internet.

Todas as dependências estão mobiliadas conforme suas finalidades, o prédio encontra-se em bom estado de conservação, não oferece nenhum risco à clientela. A escola apresenta-

se equipada, com um aparelho de televisão, um DVD, um data-show, um notebook, uma máquina copiadora, uma máquina fotográfica, doze computadores com internet, um aparelho telefônico, um retro-projetor, uma impressora a laser, uma impressora a jato de tinta, uma matricial, um freezer, um fogão industrial, uma geladeira, um liquidificador, armários em todas as salas de aula, secretaria e sala dos professores.

No que se refere à autonomia financeira, a escola recebe o repasse do Programa de Dinheiro Direto na Escola - PDDE e Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, sendo os valores destinados à melhoria do ensino-aprendizagem, parte física e pedagógica, previamente aprovados pelo Caixa Escolar e Colegiado Escolar.

As modalidades de ensino oferecidas na instituição são de Educação Infantil (alunos com cinco anos de idade) e Ensino Fundamental de nove anos, com a seguinte estrutura: Ciclo da Alfabetização com duração de três anos de escolaridade; Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade e os quatro anos finais organizados em regime anual, do sexto ao nono ano de escolaridade.

A Escola funciona em dois turnos. O turno vespertino, com cento e oitenta e dois alunos divididos em nove turmas, sendo duas turmas de Educação Infantil, com trinta e quatro alunos; duas de primeiro ano, com trinta e cinco alunos; uma turma de segundo ano, com vinte e seis alunos; duas turmas de terceiro ano, com quarenta e três alunos e duas de quarto ano, com quarenta e quatro alunos. O turno matutino conta com dez turmas no total de duzentos e trinta alunos, sendo duas turmas do quinto ano, com cinquenta e nove alunos; sexto ano, com quarenta e seis alunos; sétimo ano, com quarenta e sete alunos; oitavo ano, com quarenta e três alunos e o nono ano, com trinta e cinco alunos. A carga horária anual da Educação Infantil é de 800 horas, do primeiro ao quinto ano é de 833 horas e 20 minutos e do sexto ao nono ano de 900 horas.

O corpo docente é constituído por trinta e dois profissionais. O pessoal técnico-administrativo é constituído por seis auxiliares de serviços administrativos, dois supervisores pedagógicos, uma coordenadora escolar e uma estagiária. O turno vespertino conta com duas auxiliares de serviços administrativos, uma supervisora e uma estagiária, o matutino conta com três auxiliares de serviços administrativos, uma supervisora e uma coordenadora para os dois turnos.

A área pedagógica dessa unidade é organizada pelos supervisores, direção, coordenador pedagógico e professores, que estabelecem objetivos gerais e específicos para o ensino, definem as linhas de atuação em função dos objetivos, do perfil da comunidade e dos

alunos. Propõem metas a serem atingidas, acompanham e avaliam as propostas pedagógicas, os objetivos e o cumprimento das metas.

Os profissionais oferecem aos educandos um ensino de qualidade, conduzindo-os ao exercício pleno da cidadania através da formação humana, cristã, moral e intelectual. A equipe é comprometida, ajuda na construção de uma escola democrática, tendo por metas a inserção dos alunos no processo sócio-político-econômico e cultural.

A escola propõe um trabalho fundamentado em pedagogia de projetos, envolvendo toda comunidade escolar. Nessa perspectiva, Cury (2010) afirma que “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores”.

O supervisor escolar tem, entre suas funções, assessorar os professores em seu trabalho diário e manter um relacionamento agradável entre escola e comunidade mantendo-os informados dos resultados obtidos; Propiciar momentos de estudos, interação e troca de experiências, com o objetivo de enriquecer o trabalho; Elaborar, juntamente com a equipe escolar, os projetos pedagógicos e propiciar meios para a execução dos mesmos.

O solo do ato pedagógico, enquanto espaço da relação ensino/aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade escolar. A sala de aula, espaço privilegiado do ambiente institucional da escola e do fazer docente, é o lugar apropriado do direito de aprender do discente, de daí se projeta para um mundo que vai rompendo fronteiras e revelando, ainda que por contradições, o caráter universal do homem (CURY 2010, p.10)

O planejamento dos professores da Educação Infantil ao quinto ano é organizado dentro dos PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais e do caderno do CEALE - Centro de Alfabetização Leitura e Escrita. Do sexto ao nono ano é usado o CBC - Currículo Básico Comum. Os planejamentos têm constante acompanhamento da equipe pedagógica e quando há necessidade, é realizado o PIP - Plano de Intervenção Pedagógica. O calendário escolar é definido pela SEMED - Secretária Municipal de Educação do município, com a aprovação da Superintendência de Ensino.

A metodologia de ensino adotada pela Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso e os problemas referentes a ela, são resolvidos de forma democrática, contando com a participação dos professores, supervisores e direção. Juntos, atendem às necessidades de cada turma, na tentativa de sanar da melhor forma possível os problemas de ensino-aprendizagem.

3- CURRÍCULO

A escola, na busca dos princípios da prática inovadora, visa ao dinamismo e ao desenvolvimento de competências, por isso se fundamenta em teorias que ressaltam a importância da aprendizagem significativa, onde um dos principais objetivos é tornar o aprendizado prazeroso, criativo, com o maior grau de significado possível. O currículo tem por objetivo expressar a construção social do conhecimento e propor uma sistematização de meios para que esta construção se efetive, refletindo a concepção de educando e de sociedade que se deseja, a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho. Vale destacar Cooll (s.d) que o currículo como o projeto que preside as atividades educativas escolares, proporciona guias de ações adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis por sua aplicação e execução. Portanto, o currículo favorece informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e que, como e quando avaliar.

Infere-se, então, que currículo é um programa de ações pedagógicas a ser vivenciadas em sala de aula, na instituição e em torno dela, bem como um caminho que indica como trabalhar as mudanças e alterações significativas em busca do ensino-aprendizagem. O currículo então não se apresenta como um conceito, mas como uma construção cultural, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

O currículo do Ensino Fundamental deve ter uma Base Nacional Comum, a ser complementada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. A abordagem dos conteúdos curriculares na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso é interativa, contextualizada e significativa, tem como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Referências Curriculares Nacionais da Educação Infantil ao quinto ano. Orienta-se também pelos cadernos do CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita e os Guias do Alfabetizador.

As equipes administrativas e pedagógicas da escola elaboram um projeto oferecendo aos alunos o reforço no contra turno, objetivando melhores resultados na aprendizagem, e na parte diversificada, a escola oferece aulas de Inglês do primeiro ao quinto ano. Em sua base, o currículo norteia as várias áreas de conhecimento e proporciona caminhos para que o aluno se desenvolva nas capacidades de reflexão e criação dentro de cada especialidade.

O currículo nesta escola (Anexo A) abrange, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e

política, especialmente do Brasil. O ensino da Arte constitui componente curricular obrigatório, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Na parte diversificada dos currículos inclui, obrigatoriamente, a partir do sexto ano, o ensino de pelo menos uma Língua Estrangeira, cuja escolha fica a critério da comunidade escolar, dentro das possibilidades e limitações da escola. A Educação Física, integrada à Proposta Pedagógica da Escola, é componente curricular obrigatório de todos os anos da Educação Básica. O ensino da História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. O ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena integra os currículos do Ensino Fundamental.

No desenvolvimento do Currículo são observados os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, estabelecidos, obrigatoriamente, para os anos finais do Ensino Fundamental. A Escola implementa os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, conforme o planejamento curricular de suas ações pedagógicas, devendo os mesmos serem enriquecidos, ampliados e adaptados às características regionais e às necessidades dos alunos. Assim, a educação vai além da reprodução de saberes e fazeres, tendo como foco a troca de experiência no contexto sócio-político-cultural visando um ensino-aprendizagem de qualidade pautada em uma gestão democrática.

4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Espaço e tempo são duas dimensões que se concretizam e indicam o caráter estrutural das concepções e das práticas pedagógicas. Ambos não podem ser neutros, representam uma construção social e exteriorizam intenções individuais e coletivas que modificam e constroem o ambiente, favorecendo ou não um ambiente educativo de qualidade.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso funciona em dois turnos. O primeiro inicia as atividades às 7 horas e encerra às 11 horas e 20 minutos e o segundo começa às 12 horas e 30 minutos e termina às 16 horas e 45 minutos. Os alunos estão distribuídos em turmas do primeiro ao nono ano e a instituição tem por finalidade ministrar a educação nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental organizado em ciclos, sendo Ciclo da Alfabetização: primeiro, segundo e terceiro ano; Ciclo complementar: quarto e quinto ano e séries finais do ensino fundamental: sexto ao nono ano.

O número de alunos por turma é, preferencialmente, de vinte e cinco alunos nos anos iniciais e trinta alunos nos anos finais, com o objetivo de possibilitar ao aluno um

acompanhamento sistemático e apoio individualizado. A escola respeita, especialmente, a forma de aproveitamento do tempo pedagógico levando em conta a individualidade e a necessidade de cada um. Valoriza o espaço de exercício da cidadania de forma a oferecer ao aluno um ensino de qualidade.

O espaço físico da escola é amplo e atende à demanda. Está dividido em três pavimentos, com cantinas, banheiros, biblioteca, setor administrativo, salas de aula, laboratório de informática com internet. Possui um espaço amplo para recreação com palco e jardins. A quadra é coberta e atende à escola e toda comunidade. Durante a semana são realizadas reuniões e demais atividades como: grupos de oração, catequese, reuniões de professores, cursos e atividades esportivas na quadra. No final de semana a escola é cedida também para almoço beneficente.

O tempo de permanência do estudante na escola é tempo de aprendizagem intelectual, sócio-cultural, afetiva e ética. Sob essa perspectiva Cury lembra:

Sabendo-se pelo artigo 24 que, obrigatoriamente, o estudante tem direito a um mínimo de 200 dias letivos por ano e 800 horas de carga horária mínima, sabendo-se que, pelo mesmo artigo VI a frequência mínima para aprovação é a de 75%, resulta o seguinte: 75% de 800 horas = 600 horas; 25% de 800 horas = 200 horas; 50% de 200 horas = 100 horas; 100 horas = 25 dias letivos. Ou seja, bem antes de um aluno atingir 100 horas de faltas, o gestor deve buscar o cumprimento do inciso VIII do art. 12, pois, nesse caso, a quantidade é qualidade. (CURY, 2006, p. 13)

Considerando tais afirmativas, o calendário da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso é adequado às peculiaridades dessa instituição e também às locais, promovendo esforços para articular e integrar aos calendários das demais escolas do município. Conta com um total de 200 dias letivos com 800 horas para a Educação infantil, conforme afirma o autor, 833 horas e 20 minutos do primeiro ao quinto ano e 900 horas do sexto ao nono ano (Anexo B).

O controle da frequência tem por objetivo o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, das quais está obrigado a participar, para aprovação, em pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária prevista. O controle de frequência dos alunos é de responsabilidade do professor e para o aluno que não obtiver a frequência mínima prevista, a escola utiliza-se do recurso de reclassificação, observando para tal, as condições previstas no Regimento Escolar.

De acordo com Brito (1991, p. 12), “a escola como organização é uma entidade social complexa onde se inter-relacionam várias estruturas e múltiplas intervenientes: alunos, pessoal docente, pais e comunidade em geral, contribuindo todos para uma mesma finalidade e missão”.

Assim, a direção, supervisores e professores desta escola realizam o Módulo II, quinzenalmente, para analisar o desempenho dos alunos, replanejar, criar ações, metas, estratégias e projetos de estudos para a formação continuada. Tais fatores constituem-se em estímulos para impulsionar a caminhada rumo à democracia, buscando apoio nos profissionais e em toda comunidade escolar, de modo especial, nos conselhos escolares.

5 - PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão democrática da escola pública, tendo por objetivo contribuir para a participação coletiva nos processos de discussão e decisões, organiza o seu funcionamento de maneira transparente, possibilitando que a comunidade adquira conhecimentos, saberes e ideias para transformar a realidade. E para que tais ações se efetivem, tornam-se necessárias as tomadas de decisões quanto ao planejamento, ao desenvolvimento e ao processo de avaliação da educação.

Os líderes são os responsáveis pela sobrevivência e pelo sucesso de suas organizações. Chamamos de liderança a dedicação, a visão, os valores e a integridade que inspiram os outros a trabalharem conjuntamente para atingirem metas coletivas. A liderança eficaz é identificada como a capacidade de influenciar positivamente os grupos e de inspirá-los a se unirem em ações comuns coordenadas. Os líderes reduzem as nossas incertezas e nos ajudam a cooperar e trabalhar em conjunto para tomarmos decisões acertadas (CHIAVENATO, 1994, p. 17).

Segundo Ferreira (1980, também se refere a tais lideranças e afirma que “tomar decisões implica em deliberar, resolver ou decidir as situações, mas cabe primeiramente ao diretor, responsável pela gestão, administrá-las”. Com base nessas ideias, é que o gestor de cada escola e de modo especial da instituição em estudo, deve refletir sobre a melhor maneira de liderar o trabalho educativo.

Com relação à escolha dos dirigentes no município de Arcos/MG, ela acontece por indicação do prefeito municipal levando em conta critérios como: experiência profissional, capacidade de liderança e formação em nível superior. O processo de decisão na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso caminha na direção da gestão democrática e descentralizada, uma vez que as decisões são fundamentadas na discussão coletiva e a cada profissional, cabe o direito de vez e voz.

A escola tem autonomia para empregar a verba do Caixa Escolar de acordo com suas necessidades e conta com o apoio de toda a equipe escolar reunindo-se com professores da escola e o Colegiado Escolar para decidir a melhor forma de aplicação, ou seja, não tem interferência da SEMED - Secretaria Municipal de Educação.

O Colegiado Escolar é o órgão representativo da comunidade escolar, com função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica e à gestão administrativa, respeitadas as normas legais, conforme previsto no Regimento Escolar. As reuniões acontecem na sede da própria escola, sob coordenação da diretora e as decisões são tomadas pela maioria de seus membros, titulares e/ou suplentes, que são indicados pela comunidade escolar, mediante processo de eleição para mandato de dois anos, em datas e períodos fixados em edital próprio.

Oliveira *et al* (2010), afirma que a democratização começa no interior da escola, por isso, a cooperação é a base desse trabalho. As decisões do Colegiado são registradas em ata aprovada, assinada pelos presentes e divulgada à comunidade escolar.

O Conselho de Classe, que também acontece de maneira efetiva, tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno, subsidiando, dessa forma, a construção do PPP - Projeto Político Pedagógico. Os seus representantes reúnem-se no final de cada bimestre, conforme previsto no calendário escolar, para avaliar o desempenho de cada aluno e da turma de forma global. Outro objetivo do Conselho é reorientar as atividades, buscar soluções que venham a atender às necessidades diferenciadas em busca do sucesso no processo ensino-aprendizagem.

6 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, considera-se que as relações de trabalho, no interior da escola, devem estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios de divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico.

(...) a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser aprendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (...). (DOURADO, 2010)

Na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, as relações acontecem em um ambiente criado pela vivência consciente dos direitos e dos deveres de cada membro da comunidade escolar no exercício de suas responsabilidades para o desenvolvimento do trabalho educativo. O regime disciplinar é decorrente das disposições legais aplicadas em cada caso, segundo as determinações do Regimento Escolar, dos regulamentos específicos e das decisões dos órgãos colegiados.

Família e escola devem estar atentas a maneira em que os jovens demonstram suas emoções. Devido a sua faixa etária, eles têm a necessidade de chamar a atenção através de comportamentos inadequados como gritos, modo de andar e de se vestir, desafiando as normas e os limites da escola. O desempenho às vezes fica comprometido e eles tentam de todas as maneiras chamar a atenção dos pais e professores, daí a relação família/escola torna-se decisiva para o sucesso da educação. Ambas tentam resolver o problema da melhor forma possível, deve-se buscar sempre uma sintonia visando à aprendizagem de qualidade e a formação do caráter do aluno/filho. Torna-se importante compreender que:

O momento em que nos encontramos tem alterado a configuração da vida e tem abalado os padrões estabelecidos de indivíduo, família e sociedade. [...] seres humanos e relações humanas foram lançados em um estado de turbulência, enquanto a máquina cresce muito à frente da sabedoria do homem sobre si mesmo. A redução do espaço e a intimidade forçada entre as pessoas vivendo em culturas em conflitos exigem um novo entendimento, uma nova visão das relações do homem com o homem e do homem com a sociedade. (ACKERMAN, 1986, p. 17)

Conforme afirma o autor, às vezes as relações no interior da escola, são caracterizadas por turbulências e conflitos. Em relação às faltas cometidas na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, pode-se afirmar que, conforme a gravidade e reincidência são aplicadas aos alunos uma advertência oral particular ou advertência escrita. E sempre que se faz necessário, é feito um comunicado aos pais ou responsáveis pelo aluno para o conhecimento da situação, objetivando a busca de soluções mais adequadas.

A escola registra e arquiva os comprovantes do ocorrido e medidas tomadas pelo coletivo. Os casos mais graves de indisciplina e faltas consecutivas são encaminhados para o Conselho Tutelar e Colegiado Escolar, para que possam fazer o encaminhamento e tomar as providências cabíveis.

O regime disciplinar aplicado ao pessoal docente, técnico e administrativo, segue os parâmetros baseados no diálogo. O gestor orienta o funcionário com o intuito de mudança de atitudes. Persistindo o problema, é feita uma advertência escrita e encaminhado à Secretaria Municipal de Educação que leva o caso ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Com o objetivo de evitar problemas de relacionamento, são criadas estratégias para que todos tenham um ambiente de trabalho harmonioso e prazeroso, aberto à reflexão coletiva favorecendo o diálogo. São ministradas palestras, cursos de capacitação e motivação no resgate da afetividade entre funcionários, alunos e comunidade escolar.

7 - AVALIAÇÃO

O termo “avaliar” vem do latim (a + valere), que significa “atribuir valor e mérito” ao objeto de estudo. Avalia-se então para aferir a sua qualidade. Avaliar é um processo complexo, porém, necessário. Serve como diagnóstico do atual desempenho da escola e da aprendizagem dos alunos e de todos os educadores e sua importância no ambiente educativo. A análise de resultados de uma avaliação favorece a elaboração do planejamento das ações educativas e ainda serve para ajustar os processos de ensino e aprendizagem, bem como elevar os padrões de ensino, além de nortear o processo de gestão na escola.

Segundo Souza *et.al* (2010), a avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos. A avaliação da escola deve estar ancorada no princípio do método democrático que auxilia a discussão coletiva do trabalho que foi realizado.

Uma das formas de avaliar mais importantes se refere à avaliação permanente de todos os aspectos que compõem as ações educacionais na escola. É importante avaliar as ações dos profissionais que atuam diretamente na escola e também avaliar o desempenho acadêmico dos alunos, pois ambos os processos são interdependentes. Neste sentido, Souza, et. al, (2010), destaca que a análise das condições institucionais da escola pode ajudar a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem, o que, em contrapartida, revela um referencial de avaliação para a instituição.

Segundo Demo (1996, p. 48), os problemas de aprendizagem precisam ser descobertos de imediato, através de diagnósticos inequívocos e honestos e que permitam redirecionar as chances. Baseando-se nas ideias mencionadas por Demo, torna-se pertinente refletir sobre a construção de um modelo de avaliação eficiente e eficaz, a cultura de avaliação que é adotada, quando avalia e como são registrados os dados avaliativos, tal como acontece na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso.

O processo de avaliação adotado nesta instituição trabalha de forma organizada. Leva em conta o contexto educacional, ou seja, os sujeitos da educação, as relações sociais na comunidade escolar, os mecanismos de gestão, a realidade sócio-econômica dos alunos, enfim, aspectos culturais de todos os envolvidos no cenário educativo.

No que diz respeito ao trabalho dos profissionais, é adotado o modelo de avaliação dialógica e permanente e nas reuniões mensais ou quinzenais, é estabelecido um momento de pensar sobre o trabalho desenvolvido. Toda equipe considera que uma forma sensata de realizar a avaliação na escola é por meio da auto-avaliação dos profissionais, bem como a avaliação crítica das ações de cada um em função do ensino e da aprendizagem dos alunos.

Os dados avaliativos do trabalho, bem como o resultado do desempenho dos alunos, são registrados em atas, assinadas por todos os profissionais que se encontram presentes na reunião. Neste documento são registradas as opiniões, sugestões e críticas sobre todo processo, o que está dando certo e o que precisa ser inovado. Registra-se também os resultados das avaliações externas, buscando por meio da discussão crítica, as soluções para melhorias do processo ensino- aprendizagem, bem como as ações em prol da qualidade do trabalho educativo.

Desta forma, todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo. (NAVARRO, et. al. 2010).

A ideia da autora vem fortalecer a visão da equipe da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso sobre o processo de avaliação do ensino e da aprendizagem. Nesta instituição, há uma convicção de que ao avaliar, o educador é também avaliado e assim, a responsabilidade pela qualidade da educação é como diz Navarro, dividida entre todos os envolvidos no processo educacional.

Sabe-se que o resultado final da avaliação feita por esta escola, de acordo com seu regimento, reflete o desempenho global do aluno durante o período letivo, considerando as suas características individuais e indicando sua possibilidade de prosseguimento nos estudos. Sabe-se também, que o compromisso dessa equipe não é somente com o ensino, mas principalmente com a aprendizagem e, nesse caso, a recuperação é entendida como uma parte importante do processo, porque a instituição respeita a diversidade de características e de necessidades de todos os alunos.

Na recuperação, são organizadas diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem dos alunos, oferecidas no decorrer do período letivo e após o mesmo, como os Estudos Orientados a partir de atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos de alunos que demonstram dificuldades ao longo do processo de aprendizagem. São realizados estudos orientados presenciais, imediatamente após o encerramento do período letivo, para os alunos que não apresentam domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período.

Quando as estratégias mencionadas não são suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do aluno, são realizados os Estudos Independentes no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do período letivo subsequente. Estes estudos são assumidos pelo professor da turma, por meio de

procedimentos pedagógicos variados, incluindo a possibilidade de se recorrer ao apoio de monitorias e parcerias mobilizadas pela escola. Nesse caso, cabe à direção e à equipe pedagógica, indicar, para cada componente curricular, os professores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação dos alunos beneficiados pelas estratégias de Estudos Orientados e Estudos Independentes em situação regular ou em regime de Progressão Parcial.

Os instrumentos de avaliação utilizados para verificação da aprendizagem do aluno submetido aos Estudos Independentes são variados, incidem sobre os conceitos e habilidades fundamentais dos componentes curriculares e são definidos em equipe pelos professores da escola. Constatada a recuperação do aluno, ocorre a revisão dos resultados anteriormente lançados nos registros escolares.

7.1 – Novos mecanismos, atitudes e perspectivas

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso aponta uma educação para o progresso, onde estudo e avaliação caminham juntos, e, esta última, como instrumento indispensável que permite saber em que medida os objetivos pretendidos foram alcançados. Uma educação vista como um processo de permanente crescimento do educando, que visa o seu pleno desenvolvimento, buscando novos mecanismos, atitudes e perspectivas, como os que estão descritos nos parágrafos seguintes.

Classificar significa posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, anos ou outras formas de organização compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimentos segundo processo de avaliação definido pela escola em seu Regimento Escolar. A Classificação pode ser feita em qualquer série, etapa ou ano, exceto o primeiro do Ensino Fundamental.

Para os alunos provenientes de escolas de outros municípios, estados ou do exterior que não concluíram o Ensino Fundamental, a classificação dar-se-á conforme previsto no Regimento Escolar e pode ser feita:

- a) por promoção, para os alunos que cursaram com aproveitamento, a série, a fase ou o ano anterior, na própria escola;
- b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;
- c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permite sua inscrição no ano adequado conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Reclassificar significa reposicionar o aluno em série, período, ciclo, fase, etapa ou ano diferente daquela indicada em seu histórico escolar (LDB 9394) e a decisão de reclassificação é sempre decorrente da manifestação de uma comissão, presidida pela direção desta escola com representantes docentes da qual o aluno é reclassificado, bem como dos profissionais responsáveis pela Coordenação/Supervisão das atividades pedagógicas. Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação são arquivados nas pastas dos alunos.

Avanço Escolar é a forma de propiciar ao aluno que apresenta nível de desenvolvimento acima de sua idade, a oportunidade de concluir em menor tempo a série em que se encontra. Aluno com desenvolvimento superior é aquele que apresenta características especiais, com altas habilidades e comprovada competência. Por se tratar de formas especiais de avaliação e progressão, é indispensável que a direção da escola designe comissão, não só para diagnosticar realmente a necessidade de aplicação deste recurso excepcional, como também para proceder à avaliação que cada situação requer.

A Aceleração de Estudos é a forma de proporcionar ao aluno com atraso escolar, a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente à sua idade. Alunos com atraso escolar são aqueles que se encontram com idade superior a que corresponde a série que esteja cursando. Neste caso, a Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso faz a programação dentro das normas vigentes, sob orientação da SEE/MG. As estratégias de aceleração podem assumir múltiplas formas, buscando como atender as necessidades desses alunos de acordo com as possibilidades da escola.

A Progressão Parcial é o procedimento oferecido pela instituição, com apoio no Regimento Escolar, que permite ao aluno avançar em componentes curriculares para os quais já apresente, comprovadamente, domínio de conhecimento, possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos naqueles componentes nos quais apresente deficiências. A SEE através do art. 39 da Res. SEE nº 521/04 regulamenta estes estudos devendo a escola organizar diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo:

- Estudos Orientados – monitoria, recuperação paralela durante todo o ano letivo;
- Estudos Orientados presenciais – após encerramento do ano letivo (até o final do ano escolar) o aluno faz avaliação em duas ou mais disciplinas. Zera os pontos obtidos durante o ano.
- Se não conseguir ainda o mínimo, faz o estudo independente com auxílio do Plano de Estudos elaborado pelo professor da disciplina. Presta provas em janeiro (antes do ano letivo seguinte). Os instrumentos de avaliação são avaliados e definidos em equipe para serem aplicados ao aluno após estudo independente;
- Se ainda não conseguir, fica com a progressão parcial em até dois conteúdos, se há defasagem em três disciplinas, o aluno fica retido.

Lembrando que na sua pasta individual, contém todas as tentativas e estratégias adotadas pela escola. Nela, toda a documentação como provas e trabalhos que venham a ser exigidos dos alunos são arquivados. Aqueles alunos que estão em regime de Progressão Parcial, realizam as atividades através de estudos e trabalhos orientados e frequentam as aulas no horário normal.

E na busca pelo pleno desenvolvimento do educando, estão presentes outros objetivos que não só os de dimensão cognitiva, como os descritos acima, mas também os de natureza sócio-afetiva, que igualmente são trabalhados e avaliados pela Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da experiência de revisão do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, todos os passos dados têm uma contribuição significativa, com o objetivo de aprimorar o trabalho coletivo garantindo o envolvimento de todos os segmentos da escola nas tomadas de decisões, na elaboração, execução e avaliação de ações conjuntas visando sanar as deficiências, em prol da melhoria da qualidade da gestão democrática e participativa.

[...] o projeto político pedagógico pode ser considerado como a 'carteira de identidade' da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais,

que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos. (Carvalho, 2004, p. 156-157).

É indispensável que a escola busque, coletivamente, a promoção de espaços para debates, reflexões e envolvimento da comunidade escolar em seu dia-a-dia, objetivando a reflexão sobre a realidade, em busca de estratégias de melhorias e aperfeiçoamento no seu desempenho educacional. Portanto, o Projeto Político Pedagógico da escola é o resultado de um desejo de criar, interagir, trocar experiências, inovar e acrescentar através de um processo coletivo e participativo de toda comunidade escolar e que deve ser implementado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Márcia Ângela – SCHEIBE, Leda. **Formação de profissionais da educação no Brasil:** o curso de pedagogia em questão. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a12v2068.pdf>. Acesso em: 15/07/2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 08/07/2010.

_____. **Secretaria de Estado da Educação. Guia do diretor escolar SEE/MG:** instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor escolar. Belo Horizonte: SEE, 2010.

Coll. César. **Psicologia e currículo.** Disponível em www.scribd.com/doc/24138464/Psicologia-e-Curriculo. Acesso em: 14/10/2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil - **O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 15/07/2010

DOURADO, Luiz Fernandes - **Políticas e gestão da educação básica no Brasil:** limites e perspectivas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 12/07/2010.

_____. et al. edição revista. **Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores).** São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - FEEVALE - **Escola de Aplicação.** Disponível em: <http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/36302.pdf>. Acesso em: 12/07/2010.

NAVARRO, Ignez Pinto. (et. al.) **Avaliação: O processo e o produto.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=9891>. Acesso em: 11/08/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira – **A construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2005. Acesso em: 08/07/2010.

Parecer nº 05/97 CEE

Disponível em: http://www.ceesp.sp.gov.br/pareceres/pa_526_97.htm. Acesso em: 11/08/2010

Parecer nº 1132/97 CEE

Disponível em: <http://www.cee.mg.gov.br/parecer1132.1997.htm>. Acesso em: 11/08/2010

Parecer nº 1158/98 CEE

Disponível em: <http://www.cee.mg.gov.br/parecer1158.1998.htm>. Acesso em: 11/08/2010

PILETTI, N. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental**. São Paulo: Ática, 2004. Disponível em: www.scribd.com/doc/6779342. Acesso em: 13/07/2010.

ROCHA, Maria Alice Barbosa da Silva – **Projeto Político Pedagógico e Sua Importância na Gestão Democrática**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em: 08/07/2010.

SILVA, Marcelo Soares da. - **Planejamento e o cotidiano escolar**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=9931>. Acesso em: 08/07/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo. (et. al) **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=9891>. Acesso em: 11/08/2010.

Tempo Escolar - Disponível em: <http://materialparaescola.blogspot.com/2009/11/o-tempo-escolar.html>. Acesso em: 18/07/2010.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

Anexo A – Grade Curricular

| Áreas de conhecimento Componentes Curriculares | | Ciclo da Alfabetização | | | | | | | | | | | | Ciclo Complementar | | | | | | Série Ensino Fundamental | | | | | |
|--|--|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------------------------|--------|----|--------|--|--|
| | | 1º Ano | | 2º Ano | | 3º Ano | | 4º Ano | | 5º Ano | | 6º Ano | | 7º Ano | | 8º Ano | | 9º Ano | | | | | | | |
| | | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | AS | CHA | | | | | | |
| TOTAL | | 15 | 833:20 | 25 | 833:20 | 25 | 833:20 | 25 | 833:20 | 25 | 833:20 | 25 | 833:20 | 35 | 833:20 | 27 | 900:00 | 27 | 900:00 | 27 | 900:00 | 27 | 900:00 | | |
| PARTE | | <p>INDICADORES FIXOS:</p> <p>Legenda do Módulo: 50 minutos / Carga Horária Anual: 833:20 h / 900h / Nº de dias letivos: 200 dias / Módulos aulas semanais: 25 / 27 Módulos / Semanas Letivas: 40 semanas / Recreio: 50 horas (15 minutos diários) / Duração do turno: 04h, 25min</p> <p>LEGENDA: AS: Aulas Semanais CIA: Carga Horária Anual</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BASE NACIONAL COMUM | | <p>*Lei 11.524/07 e Lei SEE 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Dúo das Ciências e Adquiridos aos 6 anos de idade em todas as modalidades escolares, com especial ênfase em Língua Portuguesa, Geografia e História, no Plano Curricular do Ensino Fundamental de 9º anos.</p> <p>**Ed. Ambiental - Lei nº 9795/99 integ. e Ciências</p> <p>***Opcionais Sociais - Lei nº 12491/99 integrada e Ciências e Educação Religiosa.</p> <p>****Opcionais Esportivos - Lei nº 12767/98 integrados a História e Geografia</p> <p>*****Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar - Lei Federal 11645 de 10/03/08 /</p> <p>*****Lei 13.415/99 - Estudos sobre dependência química e convulsões de uso de drogas pautadas em evidências científicas.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

SRE - DIVINÓPOLIS
 CONFERIDO
 20/04/10
 SRE/Divinópolis 10.521/08.3

Secretaria Municipal de Educação
 Sobretabiá, 100 - Vila Industrial
 38456-288/6

Inspector (a) Escolar
 Irene Lopes Ferreira
 Inspectora Escolar
 9403035

Diretor(a) da Escola
 Cícero Gonçalves Lopes Oliveira
 Diretor(a)
 Av. n.º 903364

Anexo B – Calendário Escolar

Secretaria Municipal de Educação - Arcos/MG
ESCOLA MUNICIPAL VERA LÚCIA
Calendário 2010 - Ensino Fundamental

Legenda

- ★ Início e término do ano letivo
- ✕ Início e término do ano escolar
- Férias escolares
- Recessos escolares comuns
- Feriado Nacional
- Feriado Municipal
- Sábado Letivo
- Capacitação e Planejamento
- Consciência negra
- Designações
- J JIMI (Logos do Interior de Minas)

Janeiro

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| 31 | | | | | | |

1 - Confraternização Universal

Fevereiro

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | | | | | | |

16 - Carnaval

Março

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |

Abril

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | |

2 - Sexta-feira da Paixão
21 - Tiradentes

Maio

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | 31 | | | | | |

1 - Dia do Trabalho

Junho

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 |
| 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 |
| 27 | 28 | 29 | 30 | | | |

3 - Corpus Christi

Julho

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |

16 - Aniversário da Cidade

Agosto

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |
| 29 | 30 | 31 | | | | |

Setembro

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | | |

7 - Independência do Brasil

Outubro

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| 31 | | | | | | |

12 - Nossa Senhora Aparecida
28 - Dia do Servidor

Novembro

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | 29 | 30 | | | | |

2 - Finados
15 - Proclamação da República

Dezembro

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | |

8 - Imaculada Conceição
25 - Natal

Lucinéia Dias da Silva Carolino
Secretária Municipal de Educação

Irene Lopes Ferreira
Inspetora de Ensino de Dintropólis